



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de MATERIAL CIRÚRGICO E HOSPITALAR DESCARTÁVEL para suprir a necessidades da REDE MUNICIPAL DE SAÚDE pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertã

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via registro de preço, nos termos da Lei nº 14.133/21; art. 3º, Inciso V do Decreto Federal no 11.462/2023, de 31/03/2023.

1.4. Período: 01 (um) ano.

1.5. Tipo: Menor preço por item, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.6. Aquisição, sob demanda, de MATERIAL CIRÚRGICO E HOSPITALAR DESCARTÁVEL para suprir a necessidades da REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA					
01	940344	Invólucros para utilização de esterilização de material e instrumental cirúrgico em autoclave. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Antiestático, alta barreira contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS Tamanho: Wrap pesado 0,75 x 0,75		UNID	11.352
02	940344	Invólucros para utilização de esterilização de material e instrumental cirúrgico em autoclave. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Antiestático, alta barreira contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS - Tamanho: Wrap pesado 1,00 x 1,00.		UNID	11.202
03	940344	Invólucros para utilização de esterilização de material e instrumental cirúrgico em autoclave. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Antiestático, alta barreira contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS - Tamanho: Wrap pesado 1,50 x 1,50.		UNID	10.402



04	422770	Pijama cirúrgico tamanho médio, gramatura 45gr, cor azul, composto de calça e blusa, sendo a calça com fechamento de elástico ou tiras na cintura, blusa com colocação pela cabeça, mangas curtas uso único, não estéril. Medidas da blusa 0,75 x 0,64m e calça 1,05 x 0,63m.		UNID	4.373
05	335478	Avental para exames (camisola) descartável, manga longa em TNT branco. Tamanho único. Gramatura 30gr.		UNID	6.446
06	422770	Pijama cirúrgico tamanho grande, gramatura 45gr, cor azul, composto de calça e blusa, sendo a calça com fechamento de elástico ou tiras na cintura, blusa com colocação pela cabeça, mangas curtas uso único, não estéril. Medidas da blusa 0,77 x 0,66m e calça 1,08 x 0,66m.		UNID	3.216
07	464172	Campo cirúrgico no tamanho 1,50 x 1,50 e fita aderente antialérgica e reforço na sua extremidade para pequenos procedimentos. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Antiestático e alta barreira de proteção contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS		UNID	1.136
08	440319	Coberta cirúrgica de mesa auxiliar no tamanho 1,30 x 1,80 de alta barreira de proteção contra vírus e bactérias. Confeccionado em LC impermeável de um lado e altamente absorvente do outro		UNID	819
09	464172	Campo cirúrgico no tamanho 1,00 x 1,00 e janela de 10cm com reforço. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Antiestático e alta barreira de proteção contra vírus e bactérias. Confeccionado em SSMMS.		UNID	1.092
10	940340	Cobertura de mesa de Mayo, tamanho 0,60 x 1,30. Alta resistência, repelente a líquidos e fluídos. Antiestático e alta barreira de proteção contra vírus e bactérias. Confeccionado em filme plástico de PEBD (branco leitoso) com reforço de um lado, altamente absorvente de LC em forma de fronha.		UNID	1.584
COTA RESERVADA					
12	722770	Pijama cirúrgico tamanho GG, gramatura 45gr, cor azul, composto de calça e blusa, sendo a calça com fechamento de elástico ou tiras na cintura, blusa com colocação pela cabeça, mangas curtas uso único, não estéril. Medidas da blusa 0,80 x 0,68m e calça 1,10 x 0,70m.		UNID	2.246



14	386339	Lençol descartável em TNT branco com elástico. Medidas mínimas: 2,20 x 1,10m. Gramatura 30gr.		UNID	12.845
16	434250	Avental tamanho XGG (capote) cor azul, com punho de malha medindo 11cm. Medindo 1,35 de altura x 1,70 de largura. Fechamento no pescoço com duas tiras. Proteção extra na metade da manga e na altura do tórax e, LC, quatro tiras de amarração na altura da cintura, sendo duas tiras azuis e duas tiras brancas para serem amarradas com seus pares. TAG de segurança para evitar contaminação. Embalado em grau cirúrgico com dobra asséptica. Acompanhado de procedimento confeccionado em spuntec na cor branca, medindo 0,33 x 0,50. Material confeccionado em SSMMS.		UNID	1.819
18	443956	Pacote Universal Conjunto cirúrgico (kit cirúrgico completo) com dobra asséptica, embalado em papel grau cirúrgico, não desprende fibras, atóxico e hipoalérgico. Composto por: 01 campo cirúrgico superior, medindo 1,50 x 2,00 com fita dupla face para fixação, confeccionado SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,35 x 0,70cm, passantes. 01 campo cirúrgico inferior, medindo 1,80 x 1,80 com fita dupla face para fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,30 x 0,70cm, passantes. 02 campos cirúrgicos laterais medindo 1,00 x 1,50 com fita dupla face para fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,35 x 0,70cm, passantes. 01 cobertura impermeável para mesa auxiliar, (lado absorvente, outro impermeável), medindo 1,40 x 2,10. Confeccionado em PM 57. Cor Azul. 01 cobertura para mesa de Mayo (lado absorvente, outro impermeável), medindo 0,60 x 1,30. Confeccionado em filme plástico de PEBD (branco leitoso) com reforço de um lado altamente absorvente de LC em forma de fronha.		UNID	1.064
COTA PRINCIPAL					
11	722770	Pijama cirúrgico tamanho GG, gramatura 45gr, cor azul, composto de calça e blusa, sendo a calça com fechamento de elástico ou tiras na cintura, blusa com colocação pela cabeça, mangas curtas uso único, não estéril. Medidas da blusa 0,80 x 0,68m e calça 1,10 x 0,70m.		UNID	6.740
13	386339	Lençol descartável em TNT branco com elástico. Medidas mínimas: 2,20 x 1,10m. Gramatura 30gr.		UNID	38.535



15	434250	Avental tamanho XGG (capote) cor azul, com punho de malha medindo 11cm. Medindo 1,35 de altura x 1,70 de largura. Fechamento no pescoço com duas tiras. Proteção extra na metade da manga e na altura do tórax e, LC, quatro tiras de amarração na altura da cintura, sendo duas tiras azuis e duas tiras brancas para serem amarradas com seus pares. TAG de segurança para evitar contaminação. Embalado em grau cirúrgico com dobra asséptica. Acompanhado de procedimento confeccionado em spuntec na cor branca, medindo 0,33 x 0,50. Material confeccionado em SSMMS.		UNID	5.457
17	443956	Pacote Universal Conjunto cirúrgico (kit cirúrgico completo) com dobra asséptica, embalado em papel grau cirúrgico, não desprende fibras, atóxico e hipoalérgico. Composto por: 01 campo cirúrgico superior, medindo 1,50 x 2,00 com fita dupla face para fixação, confeccionado SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,35 x 0,70cm, passantes. 01 campo cirúrgico inferior, medindo 1,80 x 1,80 com fita dupla face para fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,30 x 0,70cm, passantes. 02 campos cirúrgicos laterais medindo 1,00 x 1,50 com fita dupla face para fixação, confeccionado em SSMMS 50gr, reforço absorvente de 0,35 x 0,70cm, passantes. 01 cobertura impermeável para mesa auxiliar, (lado absorvente, outro impermeável), medindo 1,40 x 2,10. Confeccionado em PM 57. Cor Azul. 01 cobertura para mesa de Mayo (lado absorvente, outro impermeável), medindo 0,60 x 1,30. Confeccionado em filme plástico de PEBD (branco leitoso) com reforço de um lado altamente absorvente de LC em forma de fronha.		UNID	3.565

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da contratação é 01 (um) ano, a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços, podendo a mesma ser prorrogada por igual período, conforme dispõem os art. 84 e 107 da lei nº 14133/21.

1.9. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

2.2. MATERIAL CIRÚRGICO E HOSPITALAR DESCARTÁVEL para suprir a necessidades da REDE MUNICIPAL DE SAÚDE possui o fito de atender as necessidades de setores como Centro Cirúrgico, CME, Unidade Coronariana, Isolamento e demais enfermarias do Hospital Municipal Raul Sertã, o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Unidades Básicas de Saúde e as Estratégias de Saúde da Família pelo período de 01 (um) ano.



2.3. Visando providenciar cobertura a todo tipo de atendimento relacionado à saúde, os itens solicitados são essenciais e fundamentais para a proteção dos profissionais em atendimento e extremamente necessários para garantir a segurança dos pacientes, como a prevenção de infecções, onde o uso de materiais descartáveis reduz significativamente o risco de contaminação cruzada entre profissionais da saúde e pacientes.

2.4. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe Técnica da Unidade Requisitante, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no presente

2.5. Considerando o total aproximado de 256 leitos e em média 500 atendimentos diários e de forma continua no Hospital Municipal Raul Sertã, os atendimentos do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, bem como as 05 (cinco) Unidades Básicas de Saúde, Policlínica Sylvio Henrique Braune e Posto de Saúde Waldir Costa, as 20 (vinte) Unidades da Estratégia de Saúde da Família observando as razões apontadas, justifica-se o solicitado, considerando ainda que a forma de aquisição dar-se por pregão, os quantitativos serão solicitados pelo requisitante conforme as necessidades forem surgindo na unidade, portanto não causando qualquer prejuízo ao erário público.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Trata-se de Aquisição, sob demanda, de MATERIAIS/INSUMOS PARA COMPOR O SERVIÇO DE UROLOGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ pelo período de 01 (um) ano.

3.2. A "descrição da solução como um todo" está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8) constante nos autos do processo licitatório, bem como, as especificações técnicas do objeto estão pormenorizadas no "subitem 2.1" deste instrumento.

3.3. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado.

3.4. O Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal no 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.5. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

3.6. Portanto, para a presente, foi determinado a Modalidade Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, tipo Menor Preço por item, para possibilitar a competitividade aos participantes, assegurando uma maior economicidade na aquisição.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. Os materiais ofertados deverão atender as normas da ABNT e do INMETRO. Materiais médicos/hospitalares devem conter registro ANVISA (com autorização na validade), deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes do Ministério da Saúde (ANVISA). Com exceção os isentos, porém deve acompanhar documento que comprove sua isenção, junto à proposta de preço.

4.2. Os materiais deverão estar acondicionados em suas embalagens originais, apropriadas para armazenamento, com identificação do produto, fazendo constar sua descrição e incluindo: marca, fabricante, registro ANVISA, modelo e garantia, de acordo com suas características.



4.3. A tabela abaixo apresenta os requisitos técnicos e regulatórios detalhados para cada item descrito no documento, visando atender às normas de segurança e eficiência, sem comprometer a competitividade do processo licitatório.

Item	Descrição	Requisitos Técnicos	Fundamento Legal/Normativo
01 a 03	Invólucros para esterilização de materiais cirúrgicos em autoclave	<ul style="list-style-type: none"><li>- Material SSMMS (Spunbond/Meltblown);</li><li>- Gramatura mínima de 50 g/m²;</li><li>- Alta resistência a líquidos e fluidos;</li><li>- Antiestático, com alta barreira contra vírus e bactérias;</li><li>- Compatível com autoclaves.</li></ul>	RDC nº 15/2012 (Esterilização); ABNT NBR ISO 11607-1/2 (Embalagens estéreis).
04, 05, 10	Pijamas cirúrgicos descartáveis	<ul style="list-style-type: none"><li>- Gramatura mínima de 45 g/m²;</li><li>- Confeccionados em tecido não tecido (TNT);</li><li>- Hipoalergênico, não estéril;</li><li>- Costuras resistentes e acabadas;</li><li>- Medidas especificadas para cada tamanho.</li></ul>	RDC nº 356/2020 (Produtos descartáveis).
06	Lençol descartável com elástico	<ul style="list-style-type: none"><li>- TNT branco, gramatura mínima de 30 g/m²;</li><li>- Resistente a rasgos;</li><li>- Embalagem individual;</li><li>- Deve atender às medidas mínimas especificadas.</li></ul>	RDC nº 356/2020; ABNT NBR ISO 13485 (Gestão de dispositivos médicos).
07	Avental descartável para exames	<ul style="list-style-type: none"><li>- TNT branco, gramatura mínima de 30 g/m²;</li><li>- Manga longa, tamanho único;</li><li>- Hipoalergênico e atóxico.</li></ul>	RDC nº 356/2020; ABNT NBR ISO 22612 (Barreira bacteriana).
08	Avental cirúrgico estéril (Capote)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Material SSMMS;</li><li>- Punhos de malha;</li><li>- Esterilizado por processo validado (EO ou autoclave);</li><li>- Embalagem grau cirúrgico, com TAG de segurança;</li><li>- Acompanha toalha de procedimento.</li></ul>	RDC nº 15/2012; RDC nº 185/2001 (Dispositivos médicos).
09	Pacote Universal (Kit Cirúrgico)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Campos cirúrgicos absorventes;</li><li>- Coberturas impermeáveis;</li><li>- Materiais atóxicos e hipoalergênicos;</li><li>- Embalagem grau cirúrgico, com controle de esterilização.</li></ul>	RDC nº 15/2012; ABNT NBR ISO 10993 (Avaliação biológica).
11, 13	Campos cirúrgicos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Material SSMMS com reforço;</li><li>- Alta barreira de proteção contra vírus e bactérias;</li><li>- Repelente a líquidos;</li><li>- Incluem fitas adesivas antialérgicas.</li></ul>	RDC nº 15/2012; ABNT NBR ISO 11607-1 (Campos cirúrgicos).
12, 14	Cobertas cirúrgicas de mesa	<ul style="list-style-type: none"><li>- Material impermeável de um lado e absorvente do outro;</li><li>- Dimensões específicas conforme descrição;</li><li>- Alta barreira contra vírus e bactérias.</li></ul>	RDC nº 15/2012; ABNT NBR ISO 13485.

4.4. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas



inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.5. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.6. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.7. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.8. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.8.1. Sustentabilidade:

4.8.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.8.1.2. A Contratada deverá apresentar a relação dos itens contendo a respectiva marca e fabricante, bem como as comprovações em relação a tais produtos;

4.8.1.3. A Contratada deverá apresentar documento comprobatório do registro na ANVISA dos itens, conforme legislação vigente;

4.9. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021):

4.10. A indicação da marca acima descrita tem por objetivo a padronização do objeto em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração no Município, conforme alínea b, parágrafo I, Art. 41 da Lei 14.133/2021.

4.11. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.11.1. Não cabe para o presente objeto.

4.12. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA/PRODUTO:

4.12.1. Não Cabe.

4.13. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

4.13.1. Não Cabe.

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei no 14.133/21, devido à natureza do objeto solicitado no presente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).





- 5.1. O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, sob demanda, conforme conveniência e necessidade da unidade requisitante.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. OS BENS DEVERÃO SER ENTREGUES NOS SEGUINTE ENDEREÇOS:
- 5.3.1. HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO – RUA GENERAL OSÓRIO. Nº 324 - CENTRO - NOVA FRIBURGO – Respeitando os dias de entrega, de Segunda a Sexta-Feira, no horário de 09h às 16h;
- ALMOXARIFADO CENTRAL – AV. CONSELHEIRO JULIUS ARP, Nº 80, 2º ANDAR – CENTRO – NOVA FRIBURGO. Respeitando os dias de entrega, de segunda a quinta-feira, no horário de 09h às 16h.
- 5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 5.8. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 5.9. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.10. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21).**





- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.13. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.
- 6.14. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.



6.15. O(s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.16. O(s) fiscal (is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.17. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.18. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.19. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.19.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.19.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.19.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.19.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. As NOTAS FISCAIS deverão ser EMITIDAS em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

7.2. DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023 e o Decreto nº3.116 de 18 de Setembro de 2024, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.2.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

7.3. DO PAGAMENTO DA DESPESA:



7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3, 1.4 e 1.5 deste Termo de Referência;

8.2. Para exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva

sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j) - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k) - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.2.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.2.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.2.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.3.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.3.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.



8.4 Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.4.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.4.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.4.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.4.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.4.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.4.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.4.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.4.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela



Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.4.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.4.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.4.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.5 Qualificação Técnica:

8.5.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.5.2.1 — Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.5.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.5.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.4 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, com prazo de validade em vigor, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

8.5.6 - Certidão de Regularidade junto a entidade profissional competente, conforme o caso (CRBIO, CRF, CRBM, CRM, CRQ, etc), da empresa licitante, com prazo de validade em vigor, conforme exigência do artigo 67, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5.7 - Cópia da Autorização de Funcionamento (AFE), ou publicada do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.





**I) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

**a. DA CONTRATADA:**

- A. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- B. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- C. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- D. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- E. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- F. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- G. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- H. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- I. a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- J. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- K. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- L. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- M. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

**b. DA CONTRATANTE:**

- A. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- B. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;



- C. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- D. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- E. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- F. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- G. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- H. Demais condições constantes do edital de licitação;

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.2. Comete infração administrativa a contratada que:

10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:



- 10.4.1. Advertência;
- 10.4.2. Multa;
- 10.4.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 10.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.6. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.7. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.11. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.039.239,21 (um milhão, trinta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA
Hospital Municipal Raul Sertã	30001.10.302.0085.2.202	1600	33.90.30.08



RUBRICA:\_\_\_\_\_FOLHA:\_\_\_\_\_

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Gestor:	Apoio Técnico	Apoio Técnico
<div> <div></div> <div> Eduardo da Costa Mendonça de Melo  Matr.: 063.345 </div> </div>	<div> <div></div> <div> Leslie da Conceição Moura  Matr.: 207.520 </div> </div>	<div> <div></div> <div> Alexandra Rodrigues Barbosa  Matr.: 299.038 </div> </div>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Gabriel Costa Wenderroschy  
Secretário Municipal de Saúde  
Matr.: 063.454